

ESTADO, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E PROPRIEDADE PRIVADA EM MÉSZÁROS

WALLACE MORARES

A busca no campo das idéias sobre a melhor forma de organização societal é de longa data. Quase todas as escolas de pensamento preocupam-se com a questão. Com efeito, duas, a princípio antagônicas, se destacam englobando o maior número de teóricos. Por um lado, estão os liberais – de Locke a Rawls ou Hayek, como queiram – concebendo a desigualdade em hierarquia e autoridade, além da existência do Estado, para garantir a ordem e a propriedade privada, como benéficas para toda a humanidade. Suas justificativas estão sempre pautadas na idéia de desenvolvimento. Isto é, para o benefício de todos, a existência do Estado, da propriedade privada dos meios de produção, além da desigualdade em renda e em autoridade subjazem ao desenvolvimento, que (em última instância) favorece até aos menos favorecidos, para citar uma dita preocupação de Rawls. As pressuposições ideológicas desta teoria apontam para a interpretação da natureza humana como possessiva, baseada no individualismo, no inevitável conflito de indivíduos egoístas e na maximização de suas utilidades.¹ O bem-estar que esta teoria pode nos proporcionar está a olhos vistos nos quatro cantos do mundo, com seus níveis de miséria, violência e desigualdade; desnecessário comentar.

Por outro lado, temos os marxismos – que de tão variados, vemos alguns que discordam peremptoriamente dos princípios liberais, enquanto outros... nem tanto.² A obra propriamente marxiana nos ensina, dentre outras coisas, que o capitalismo está fundado na exploração de uma classe sobre outra, sendo historicamente constituído pela violência; e que o liberalismo, por sua vez, está baseado em argumentos que não se comprovam empiricamente. Neste sentido, os escritos de István Mészáros são exemplares, resgatando a obra marxiana, mas não só; vão para além do liberalismo e do próprio Capital, tanto de Marx³ - não no sentido reformista de sujeição, mas para afirmar o que o revolucionário tinha de mais radical – quanto do capitalismo⁴ (embora

saibamos que o capital não se restringe ao capitalismo), como sugere seu título ambigualmente. Uma obra ousada, necessária e radical para os tempos de capitulações em que vivemos, cujo objetivo central é a defesa de uma sociedade sem classes. Com efeito, Mészáros não se furta de discutir questões ora pouca problematizadas, ora negligenciadas por Marx, sempre em defesa da ampliação da revolução e da emancipação da classe que vive do trabalho.

Discutiremos aqui, portanto, algumas das teses de Mészáros (2002) consubstanciadas no “Para Além do Capital”, sobretudo no que concerne ao papel do Estado, da propriedade privada e da divisão social (hierárquica) do trabalho, como forma de encaminhar o debate. Não pretendemos, evidentemente, esgotar o assunto, mas expor alguns apontamentos para melhor debatermos. Por conseguinte, a discussão perpassará pelo núcleo duro de sua teoria.

Mészáros ressalva que, à luz dos desenvolvimentos pós-revolucionários dos Estados de capital pós-capitalistas, que caminharam em agudo contraste com as expectativas originais, nos é imposta a necessidade de um exame cuidadoso da teoria marxiana acerca do Estado. Neste sentido, dois pontos norteiam a construção das teses do autor: 1) nas sociedades pós-capitalistas, a ditadura do proletariado, ao contrário do que propôs Marx, assumiu o controle sobre todas as facetas da vida social, deixando de ser uma fase transitória para assumir caráter permanente; 2) para agravar as coisas, o Estado capitalista – novamente contra as expectativas – não se tornou um Estado extremamente autoritário: o tipo fascista de formação estatal permaneceu episódico na história do capitalismo até o presente. Contudo, Mészáros acrescenta, ninguém deve subestimar o perigo de ditaduras de direita como soluções a períodos de crise aguda, tais soluções, apesar disso, parecem estar muito em desacordo com as exigências objetivas do processo capitalista de produção em suas fases relativamente mais tranqüilas de desenvolvimento (Mészáros, 2002: 561). Seria necessário acrescentar que pode não existir violência extremada nos países da OCDE, mas no Terceiro Mundo os aparelhos de Estado coercitivos estão em plena ação contra as parcelas mais pobres

dos que vivem, ou deveriam viver, do trabalho, prendendo, torturando e assassinando, objetivando, sempre, a defesa do capital, da ordem e do liberalismo. Não podemos negligenciar que o Estado penal é o que vigora nestes países, visando garantir as extremas desigualdades.

O ESTADO

Para Marx, era imperativo sair do ponto de vista do político para poder ser verdadeiramente crítico do Estado. Neste sentido, de acordo com a interpretação de Mészáros, há uma contradição entre o político e o social, sobretudo no que concerne à revolução. Isto significa que a revolução social bem-sucedida não pode ser local ou nacional – apenas revoluções políticas podem se confinar a uma situação limitada, de acordo com sua própria parcialidade -, ela há de ser global/universal; o que implica a transcendência necessária do Estado em escala global (Mészáros, 2002: 567). Destarte, começamos a caminhar por uma das principais teses de Mészáros, qual seja, a necessidade da abolição do Estado. Conquanto ele admita a existência do Estado “transicional” plenamente controlado (como forma política) para a ação emancipatória, *pari passu*, apresenta uma exigência, qual seja, a de que este Estado faça desaparecer a diferença entre governantes e governados, consubstanciando-se no autogoverno da comuna. Ratificando tal tese, ele afirma: “o proletariado só é vitorioso abolindo a si mesmo e ao seu oponente” (1053). É por isso que o proletariado deve voltar sua ditadura contra si mesmo (1055). Aqui está a crítica aos regimes do leste europeu ligada à necessidade de fenecer o Estado como condição para o socialismo.

A esta condição Mészáros acrescenta a necessidade de também abolirmos a propriedade privada dos meios de produção e da própria divisão social (hierárquica) do trabalho. Entretanto, nos nossos dias, dificilmente se pensa acerca destes pontos como condição fundamental para a emancipação da classe trabalhadora. Por quê?

A resposta encontrada por Mészáros está na sua discussão sobre ideologia, acompanhada da escolha paradoxal entre interesses imediatos e de longo prazo. Em outras palavras: há uma unidade das classes dirigentes em torno de objetivos óbvios,

reais e evidentes por si mesmo, que agem como uma força unificadora entre suas várias camadas, dentre eles, a defesa do Estado - mínimo que seja, mas que garanta a propriedade privada dos meios de produção, o lucro, os contratos e a divisão social hierárquica do trabalho. Tal axioma parece-nos muito claro quando perscrutamos os autores liberais e percebemos que sobre a defesa dos sustentáculos centrais do capitalismo não existe a menor vacilação, embora existam peculiaridades na forma de fazer tal defesa. Por outro lado, há uma estratificação entre os interesses das classes subalternas: entre interesses imediatos e de longo prazo, evidenciando vacilação entre seus defensores: que ficam divididos entre uns e outros. Mézáros responde o litígio percebendo que os interesses de longo prazo, que são os da revolução, são definidos como meramente potenciais (hipotéticos), cuja condição de realização escapa necessariamente da situação imediata, vejamos:

“As exigências e postulados de unidade são com freqüência quiméricos, mas não só: também tendem a ser formulados a partir da perspectiva da corrente reformista-oportunista do movimento trabalhista e contra a esquerda, **sempre acusada de ‘afundar o barco’ do sucesso eleitoral com suas exigências radicais**” (p. 1037) (grifo nosso)⁵.

Em outras palavras, o movimento reformista-oportunista abre mão dos interesses históricos da classe trabalhadora de superação do capitalismo por entender que os mesmos são utópicos e reivindicam “ninharias”, às vezes, até relevantes, mas que não colaboram para a emancipação dos que vivem do trabalho. O problema da esquerda reformista-oportunista-institucional é se submeter aos desígnios das eleições, ditadas pelos grandes meios de comunicação e pelas pesquisas de opinião, que mais dizem sobre o que se deve pensar do que aferem o que realmente está pensando a população de um modo geral. Os interesses imediatos são colocados na pauta do dia, enquanto os interesses de longo prazo, além de serem vistos como quiméricos, são postos de lado, pois podem atrapalhar a vitória nas eleições. Trata-se da subordinação da luta em relação à participação eleitoral, mas, para além disso, caracteriza-se a submissão às

idéias liberais, as quais afirmam amiúde que a vida sem as principais instituições do capitalismo é inconcebível.

O EXEMPLO DA COMUNA DE PARIS

Corroborando para suas teses, Mészáros lembra da Comuna de Paris e da avaliação positiva de Marx em “Guerra civil em França”, por ter sido uma revolução contra o Estado, percebendo que a divisão sistemática e hierárquica do trabalho indica a determinação recíproca com o Estado. Isto é, é necessário o fim deste e da divisão social do trabalho (que se mantêm reciprocamente) para o êxito do socialismo, negando desta maneira contundentemente as principais instituições do liberalismo.

Neste sentido, Mészáros (1054) aponta para a mais aguda dificuldade teórica de Marx: ele não pôde reconhecer a fragmentação e estratificação do trabalho, pois isto minaria sua forma (concepção) transicional. O problema está em que, se os interesses parciais objetivos dos vários grupos de trabalhadores se afirmarem sob formas conflitantes, o interesse comum defendido pelo socialismo não fica tão evidente quanto poderia parecer a partir do pressuposto do trabalho unificado.

Por conseguinte, Mészáros estabelece duas importantíssimas pré-condições de uma transformação socialista genuína – que giram em torno da necessidade de emancipação dos indivíduos sociais das restrições de sua própria classe como pré-requisito para a construção da nova forma histórica: primeiramente, a necessidade de uma transformação estrutural fundamental da sociedade em seu conjunto; desta forma, medidas políticas, embora radicais, não podiam resolver os imensos problemas. Portanto, os homens para emancipar-se devem não mais se subordinar a outros, mas constituir-se no auto-governo da comuna. A segunda pré-condição é o internacionalismo da revolução.

Neste diapasão, a alternativa não pode apenas se basear na negatividade do sistema, embora tenha que fazê-lo, mas na positividade do socialismo. Por fim, citando Rosa: “o socialismo não pode ser inaugurado por decreto, nem por qualquer governo. O socialismo deve ser criado pelas massas”, sem Estado, sem divisão social hierárquica

do trabalho, o que só é possível sem, evidentemente, a propriedade privada dos meios de produção.

¹ De acordo com a interpretação de Mészáros, esta corrente de pensamento político utiliza-se da ideologia para sua justificação, concluindo que a ordem socioeconômica estabelecida deve constantemente se adaptar às condições mutáveis de dominação. Isto é: 1) o discurso da direita sempre afirma que defende a maioria da população (e precisa fazê-lo) sobretudo contra as minorias desordeiras, àqueles que fazem greve etc.. 2) o discurso tem que falar o tempo todo de unidade (neste sentido o nacionalismo exerce um papel importantíssimo).

² Decerto, aqueles que não discordam dos principais postulados das teorias liberais não deveriam, inclusive, ganhar a denominação de marxistas, por razões óbvias.

³ Mészáros ressalta a importância de reexaminar a teoria original marxiana no sentido de adaptá-la às novas circunstâncias, fortalecendo a luta contra o capital: “As considerações do tipo de transformação social prevista pela visão marxista têm de avaliar não apenas as dificuldades inerentes à própria magnitude das tarefas a serem realizadas, mas, igualmente, deve ser capaz de enfrentar as complicações que inevitavelmente surgem das contingências sócio-históricas mutáveis, a luz das quais as proposições básicas da teoria original devem ser reexaminadas e, se necessário, adaptadas às novas circunstâncias” (2002: 1034).

⁴ Cabe ressaltar que, na interpretação de Mészáros, “capital” trata-se de uma categoria histórica dinâmica, enquanto o capitalismo é uma formação social específica, podendo aquela existir, como existiu, nas sociedades pós-capitalistas.

⁵ A parte grifada nos remete às críticas sofridas pelos setores mais à esquerda institucionalizada, seja nas eleições brasileiras, seja no movimento dos trabalhadores, quando corretamente defendiam posições mais radicais, sem concessão ao capital. Estes setores ficaram isolados como resultado das capitulações e da ofensiva dos liberais que dominam principalmente os meios de comunicação do país.